

Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha dos Estudos Recentes

*Inaiá Maria Moreira de Carvalho**

Um dos aspectos mais significativos das transformações do Nordeste nas últimas décadas é a sua progressiva urbanização. Se em 1960 os moradores das cidades constituíam apenas 34,9% da população total da região, em 1970 eles passaram a 41,8% e em 1980 já representavam 50,44%, tornando-se, no presente, ainda mais acentuadamente majoritários. Duas das capitais nordestinas estão entre as cinco maiores cidades brasileiras. E com as mudanças na estrutura produtiva associadas à industrialização e ao desenvolvimento regional do período mais recente, as atividades de caráter urbano impuseram uma inquestionável hegemonia sobre a tradicional agropecuária nordestina, que por tanto tempo definiu a dinâmica da economia e a própria configuração social da região.

Dentro dos contornos mais gerais do padrão de urbanização da sociedade brasileira, o avanço desses processos vem sendo marcado por fenômenos como uma extrema concentração da população, da produção e da riqueza em algumas cidades; por mudanças na sua conformação espacial subordinadas às necessidades da expansão capitalista e à utilização especulativa do solo urbano; pelas dificuldades de acesso à moradia e enorme carência de serviços de consumo coletivo; por problemas de incorporação ao

mercado de trabalho e por uma extrema pobreza que atinge amplos segmentos da população nordestina.

Tais fenômenos têm despertado a atenção da comunidade acadêmica e de órgãos governamentais. Nos últimos anos, com o avanço das Ciências Sociais, uma vasta bibliografia vem se acumulando sobre as características, as transformações e os problemas do Nordeste urbano.¹ Nessa bibliografia, os estudos e pesquisas sobre as condições de mercado de trabalho, a estrutura e formas de inserção ocupacional, a distribuição e níveis de renda e as condições de pobreza que prevalecem nas cidades nordestinas têm, certamente, um destaque todo especial.

Sem pretender ser exaustiva² e limitando-se ao que foi realizado ou publicado a partir de 1970, esta resenha procura fornecer ao leitor um panorama do conteúdo e da evolução desses estudos, situando-os no contexto da literatura nacional sobre os mencionados problemas, literatura em boa parte já analisada pela resenha de Coelho e Valladares³, que ofereceu importantes subsídios para a elaboração do presente trabalho, uma vez que os estudos sobre os problemas de ocupação e condições de subsistência associados à urbanização recente do Nordeste também refletem as tendências e tra-

jetórias mais gerais identificadas pelas referidas autoras.

Assim, até os primeiros anos da década de 70, os estudos aqui arrolados tratavam fundamentalmente das características mais globais do mercado de trabalho nas cidades do Nordeste, com ênfase no desemprego e no subemprego aí acumulados. Em um segundo momento eles se voltaram predominantemente para a compreensão das diferentes formas de inserção da população pobre nos dois setores da economia batizados de mercados "formal" e "informal" de trabalho; ou, em uma linha paralela de análise, procuraram tratar a questão do emprego e das condições de vida da força de trabalho urbana do ângulo do trabalho e das distintas formas de organização social da produção, abandonando a idéia de setores e privilegiando as formas produtivas e as relações de trabalho "não tipicamente capitalistas".

Algumas de suas constatações e proposições também contribuíram para despertar o interesse pela temática em torno da qual emergiu todo um novo conjunto de estudos e pesquisas, a das "estratégias de sobrevivência" e da pauperização dos segmentos menos qualificados da mão-de-obra urbana. Finalmente, no bojo de um amplo balanço crítico do desenvolvimento regional das últimas décadas, estudos mais recentes têm discutido os efeitos desse desenvolvimento sobre os padrões de incorporação da mão-de-obra e os níveis de pobreza que, como já foi mencionado, acompanham a expansão dos centros urbanos da região.

E novas questões começam a se fazer presentes, merecendo a atenção e os esforços dos pesquisadores.

Os Estudos sobre as Características Mais Gerais do Mercado de Trabalho Urbano e sobre a Subutilização da Mão-de-Obra na Região Nordeste

Desde que o diagnóstico do GTDN estimou em quase um terço a proporção da mão-de-obra urbana em situação de desemprego ou subemprego no Nordeste, a transformação desse quadro passou a ser um dos objetivos prioritários do desenvolvimento regional. A despeito do avanço do processo de urbanização, a situação de desemprego permaneceu crítica. Na busca de subsídios para uma intervenção estatal nesse sentido, desde a década de 70 começaram a ser realizados constantes diagnósticos sobre o mercado de trabalho e sobre a subutilização da mão-de-obra nas cidades da região.

Considerando o que foi elaborado ou publicado na década de 70, são ilustrativos dessa literatura trabalhos como os do BNB (1971), Pellerin (1972), Guimarães Neto (1974, 1976 e 1977), Kelly (1978), Silva *et alii* (1976) e Carvalho (1976), entre outros.

Realizados ou patrocinados geralmente pelo BNB e pela Sudene, esses estudos procuraram dimensionar e caracterizar a oferta e a demanda da mão-de-obra urbana no Nordeste, a distribuição dos trabalhadores por diferentes setores de atividades, as transformações em curso e a importância do setor industrial como fonte de emprego, entre outros aspectos, tendo por base, principalmente, os dados dos Censos e das PNADs. Com diferentes níveis de preocupação e tratamento analítico, eles puseram em destaque a incapacidade da economia urbana de absorver uma oferta crescente de força de trabalho, bem como a precariedade das condições de ocupação e a baixa produtividade e remuneração de amplos segmentos da mão-de-obra, como consequência dessa situação. A instabilidade ocupacional, a concentração de trabalhadores em atividades como o serviço doméstico, o pequeno comércio ou a realização de biscates, os baixos níveis de produtividade e a ausência ou precariedade das remunerações passaram a ser encarados como indicadores de um elevado subemprego, conceito básico para a análise da chamada subutilização da mão-de-obra urbana, de acordo com as tendências dominantes no pensamento econômico e social da época.

Assim, tomando sempre como referência as condições de emprego nos setores modernos e dinâmicos da economia urbana, esses estudos assumiram uma perspectiva de conotações dualistas e privilegiaram um conceito cujas dificuldades de operacionalização, limitações e validade analítica foram apontadas e questionadas por diversos autores, conforme assinalam os comentários da resenha de Coelho e Valladares.

É verdade que tanto as proposições explicativas quanto as conotações dualistas são bem diferenciadas entre os trabalhos citados. Elas são encontradas de forma diluída e mais complexa em estudos como os de Guimarães Neto, por exemplo, que se reportam a uma heterogeneidade do mercado de trabalho regional, associando-a ao padrão de desenvolvimento excludente e concentrador que estaria marcando a transformação da economia nordestina; ou na sua forma "pura" e extremada, nas concepções, de orientação neoclássica, sobre o "setor urbano marginal" do estudo de Silva *et alii* (1976).

Como o de Carvalho (1976), este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa reali-

zada em 1974 (com financiamento da AITEC/Fundação Rockefeller) nas capitais e em cidades do interior dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia.

Esta pesquisa levantou informações sobre as características e condições ocupacionais dos moradores de uma amostra de domicílios escolhidos em concentrações residenciais de baixa renda, através de um questionário cujo núcleo básico era comum. Mas os seus relatórios assumiram um conteúdo bem diferenciado, em razão das perspectivas teóricas que orientaram a sua elaboração. Vinculando o fenômeno da subutilização a um processo de urbanização "rápido e desordenado", que decorreria principalmente da aceleração das migrações, Silva *et alii* analisaram o que chamaram de "setor urbano marginal" dentro dos princípios da economia neoclássica. Consideraram o "indivíduo típico" e a "empresa típica" economicamente racionais, e definiram como subutilizado o indivíduo capaz de ter uma produtividade marginal mais elevada caso estivesse engajado em um trabalho adequado, aquele que trabalhava menos do que desejava (dentro das suas preferências individuais) e o que se encontrava totalmente desempregado. Além de uma caracterização da população estudada quanto a aspectos como estrutura etária, ocupação, escolaridade e rendimentos, seu relatório se preocupou sobretudo com o cálculo do "grau de subutilização" dos indivíduos estudados, utilizando um índice elaborado para medir essa condição.

Já o relatório de Carvalho se propôs a compreender os problemas de incorporação produtiva da força de trabalho urbana a partir das determinações do processo de expansão e diversificação econômica das cidades da região, relacionando-o com o padrão de desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira, em particular no Nordeste. Discutindo as implicações desse padrão sobre a ampliação da oferta de mão-de-obra e a insuficiência dos empregos gerados no setor moderno, o estudo assinala como emerge daí uma configuração ocupacional marcada pela extrema diferenciação do mercado de trabalho, no qual parcela considerável da mão-de-obra não consegue se integrar de modo mais estável, em relação de produção e setores mais modernos e tipicamente capitalistas.

As informações empíricas coletadas em uma amostra de domicílios de Salvador e de duas cidades do interior do estado foram utilizadas para caracterizar as precárias condições de emprego da população pesquisada e para discutir a sua relação com variáveis como sexo, idade, instrução e tempo de vida urbana. Usando os con-

ceitos tradicionais de força de trabalho, desemprego e subemprego, porém explicitando as dificuldades de operacionalização e as limitações desses conceitos, já então evidenciados por vários estudiosos, esse trabalho termina por ressaltar a importância das relações de produção não tipicamente capitalistas e como os padrões de ocupação constatados favorecem a expansão econômica e o processo de acumulação. Questões que adquiriram uma grande relevância em estudos realizados posteriormente, como será visto a seguir.

Os Estudos sobre o Mercado de Trabalho Urbano da Ótica do Setor Informal

Com a constatação das características mais gerais do mercado de trabalho, da gravidade dos problemas do emprego e da pobreza urbana e das limitações dos conceitos e proposições mais tradicionais (como o de subemprego) para dar conta desses fenômenos, as preocupações e esforços dos estudiosos se orientaram mais intensamente para a análise das condições ocupacionais dos estratos de menor qualificação e rendimentos da força de trabalho urbana. E dentro das tendências da literatura nacional sobre os referidos temas, na bibliografia relativa ao Nordeste a perspectiva de análise voltada para a compreensão do chamado setor informal do mercado de trabalho urbano adquiriu uma grande expressão.

Se forem consideradas as proposições básicas que a caracterizam, apesar de uma certa diversidade quanto às preocupações analíticas centrais ou quanto ao significado e potencialidades atribuídas às atividades em questão, essa linha de pensamento pode ser representada por estudos e pesquisas como os de Machado da Silva (1978), Cavalcanti (1980), Cavalcanti e Duarte (1980, a e b), Duarte (1983 e 1984, a e b), Coelho (1980), Casemiro (1981 e 1985), Vasconcelos (1984), Vale e Souza e Araújo (1983) ou Buarque (1985, a e b).

Dentro de uma abordagem predominantemente econômica, esses estudos destacam o elevado grau do que denominam de heterogeneidade estrutural e a diferenciação ou segmentação do mercado de trabalho nos centros urbanos nordestinos. Relacionam esse fenômeno com o padrão de industrialização e de desenvolvimento regional do período mais recente, incapaz de espalhar os seus efeitos de modo mais amplo e homogêneo, principalmente no que se refere a uma criação de empregos no setor moderno que absorvesse maiores contingentes da

crecente força de trabalho urbana. Ressaltam como isso se traduz na formação e convivência de vários e distintos segmentos no mercado de trabalho, centrando suas preocupações e análises sobre o que chamam de setor ou mercado informal.

Com essa perspectiva, os estudos citados recusam a dicotomia dos trabalhos da Organização Internacional do Trabalho – OIT que estão na origem dessa corrente analítica, visualizando o “formal” e o “informal” como situações polares de uma realidade bem mais complexa e diferenciada, com gradações e faixas intermediárias que subsistiriam, inclusive, no interior dos próprios setores em questão. Além disso, seus autores também procuraram explicitar as relações e a complementariedade existente entre esses setores, o caráter subordinado das atividades informais, sua necessidade de adaptação às condições mutáveis da estrutura produtiva urbana e à dinâmica econômica mais global, bem como as diferentes formas pelas quais aquelas atividades contribuem para a prosperidade do setor moderno e para o processo de acumulação.

A heterogeneidade interna é percebida como um determinante básico das dificuldades para uma delimitação mais precisa e uma melhor definição operacional do setor informal. E ao levar em conta as suas características de organização, tecnologia e posição no mercado, os estudos citados consideram-no como constituído por um conjunto de indivíduos ou pequenas empresas que se dedicam a atividades não regulamentadas, de fácil acesso e baixo nível de capitalização, tecnologia e produtividade, oferecendo precárias condições de estabilidade, ocupação e renda aos seus trabalhadores.

Tratar-se-ia, geralmente, de uma espécie de “fonte de emprego em última instância” para aqueles segmentos da mão-de-obra que não conseguem ser absorvidos pelo setor formal. Por isso mesmo são reconhecidas como típicas do setor, atividades como o emprego doméstico, a realização de biscates e prestação de determinados serviços de consumo pessoal, o pequeno comércio ou a pequena produção de artigos de consumo mais imediato, como alimentos, vestuário e calçados. E entre os que desempenham essas atividades ficou constatado um claro predomínio de mulheres, idosos, analfabetos e detentores de baixos níveis de escolaridade e qualificação; ou seja, daqueles segmentos da mão-de-obra de menor competitividade no mercado de trabalho.

Explicitados os pontos de relativa convergência dessa linha analítica, vale ressaltar, também, a diferenciação entre as preocupações cen-

trais ou entre alguns outros aspectos dos estudos que a compõem.

Mais próximas, relativamente, das colocações da OIT, as pesquisas de Cavalcanti e Duarte procuraram definir o perfil e as condições de trabalho e de renda dos ocupados nas atividades informais. Entretanto, suas maiores preocupações estão na análise da potencialidade e dos problemas da demanda ou do consumo dos produtos e serviços ofertados por esses trabalhadores, tanto por parte de consumidores domésticos (famílias) como institucionais.

Isto porque, ao supor uma grande potencialidade do setor informal como fonte de criação de empregos a baixo custo, desde que devidamente amparado por políticas governamentais, eles consideram que as condições de trabalho e de subsistência de amplos segmentos da mão-de-obra nas cidades nordestinas tornariam imperativo “que se descubra alguma forma de atividade, não importa quão ínfima ou intermitente ela seja em termos de remuneração, a fim de que tais indivíduos (que se encontrariam nos subterrâneos da economia) não morram à míngua”. (Cavalcanti, 1980).

Com base em dados coletados através de pesquisas amostrais patrocinadas pela Sudene e realizadas em Recife, Salvador e Fortaleza, com consumidores e trabalhadores do setor informal, os mencionados autores descrevem a precariedade dos processos produtivos, das condições de trabalho e dos rendimentos auferidos pelos que exercem as atividades analisadas. Calculam que a proporção desses trabalhadores estaria próxima a um terço da população economicamente ativa nas cidades nordestinas e constatarem como o consumo dos serviços ou produtos por eles ofertados se estende por todas as classes de renda e faixas sociais; que essa demanda é determinada fundamentalmente pelo seu baixo preço; e que tais atividades são especialmente importantes em termos do serviço doméstico, da conservação e reparo das habitações ou de aparelhos eletrodomésticos, do pequeno comércio de gêneros alimentícios e da produção de certos bens e serviços de consumo mais imediato, voltados para um mercado de baixas rendas.

Também preocupados com a formulação de políticas de emprego para o Nordeste, mas procurando situar o papel do setor informal (nessas políticas) em bases mais realistas, Vale e Souza e Araújo, Buarque ou Casemiro discutem mais profundamente a diferenciação interna e as perspectivas dessas atividades, considerando o espaço que lhes estaria reservado no contexto mais global da economia e, particu-

larmente, na conjuntura de crise dos últimos anos.

Após um balanço da literatura acumulada mais recentemente sobre o setor informal, eles incorporam uma postura mais crítica em relação ao conceito e às proposições que o acompanham, reconhecendo e procurando contornar as suas limitações. Apesar de defini-lo a partir dos indicadores já mencionados, compreendem esse setor como um conjunto de atividades não-capitalistas de produção, ainda que integradas no mercado e articuladas com o modo dominante de produzir. Com isso muitas das suas proposições terminam bastante próximas da corrente analítica centrada na coexistência de distintas formas de organização da produção, a ser comentada em páginas posteriores.

Assim, pesquisando microunidades de produção em Recife, com essa perspectiva, Valle e Souza e Araújo não apenas confirmam elementos de caracterização dessas unidades já levantados em trabalhos anteriores — a exemplo dos realizados por Coelho (1980), pela União de Assistência às Pequenas Organizações (1980) ou pela Fundação Centro de Pesquisas e Estudos da Bahia (1980) —, como avançam significativamente em termos da sua melhor compreensão. Além de constatar o caráter predominantemente familiar dessas organizações ou o perfil do seu proprietário, eles destacam e analisam as diferenças existentes entre os pequenos estabelecimentos ligados ao comércio, ao setor de transformação ou à prestação de serviços; diferenças em termos do seu tamanho, faturamento, mercado potencial, empregados, características organizacionais e tecnológicas, relações de trabalho e formas de inserção no mercado de trabalho, de insumos e de produtos, e também da existência de condições mais ou menos favoráveis à sua expansão. Utilizando as informações empíricas e as diferenciações constatadas, propõem uma tipologia tentativa de caracterização das microempresas que abrange desde o que chamam de microunidade individual, ou seja, aquela representada simplesmente pelo trabalhador autônomo, àquelas de ordem familiar e às que assumem uma feição quase capitalista, com uma clara predominância de assalariados.⁴

A articulação das atividades informais com a dinâmica mais geral da economia e a sua diferenciação interna são retomadas, também, por autores como Buarque ou Casemiro, que situam o seu comportamento na conjuntura da crise. Apoiados por pesquisas realizadas em Recife e em Fortaleza, esses autores procuram mostrar como a crise tem efeitos gerais negativos sobre as atividades citadas, na medida em que aumen-

ta o volume de trabalhadores nelas engajados, ameaçando, inclusive, esgotar a sua função compensatória em termos de emprego, ao mesmo tempo em que os rendimentos por eles auferidos tendem a se reduzir, agravando os níveis de pauperização da mão-de-obra urbana.

Entretanto, esses efeitos não se manifestariam de uma maneira homogênea entre os diversos segmentos componentes do setor informal. Os bens e serviços não essenciais normalmente experimentam uma forte restrição da demanda. Mas outras atividades podem ser beneficiadas pelo deslocamento do consumo de produtos e serviços do setor formal para o informal, relacionado com diferenças de custo, ou com uma maior capacidade de adaptação às condições de crise, como parece ter sido o caso dos vendedores ambulantes da cidade de Recife.

Finalmente, vale assinalar como as condições ocupacionais da força de trabalho urbana do Nordeste têm sido analisadas através do conceito de mercado informal em trabalhos de caráter antropológico, como os de Machado da Silva (1978 e 1977) ou de Leite Lopes, Machado da Silva *et alii* (1979), que estão centrados em outras preocupações. Com uma percepção diversa do caráter do mercado informal, explicitada pela resenha de Coelho e Valladares, esses estudos procuram compreender como os grupos de baixos rendimentos se organizam em face ao mercado de trabalho regional, analisando os padrões de comportamento que orientam as suas escolhas a partir de um conjunto articulado de alternativas que abrange não apenas o trabalho como toda a vida social. Por isso mesmo seus autores podem ser vistos como mais próximos da linha de análise que se volta para a compreensão das chamadas “estratégias de sobrevivência” da classe trabalhadora do que dos estudos antes relacionados.

Os Estudos sobre o Mercado de Trabalho Urbano na Ótica da Coexistência de Distintas Formas de Organização da Produção

O distanciamento cada vez maior de uma perspectiva dualista e a ênfase na integração entre o “formal” e o “informal” e nos determinantes mais globais da dinâmica daquelas atividades refletem a influência das constatações e formulações de um outro modelo analítico, de grande impacto sobre a literatura nacional relativa aos problemas em discussão.

Destacando como a coexistência de diferentes formas de organização da produção e o reforço da heterogeneidade estrutural vêm acom-

panhando o avanço da industrialização e da urbanização em áreas periféricas, como é o caso do Nordeste, este modelo avalia as consequências dos fenômenos mencionados sobre os padrões de integração ocupacional da força de trabalho urbana. Sua fundamentação empírica e analítica foi desenvolvida principalmente a partir de uma pesquisa realizada no início dos anos 70 pelo Cebrap/CRH, na cidade de Salvador. Abrangendo aspectos relativos a migração, emprego, renda, condições de consumo e percepção política, entre outros, esta pesquisa deu origem a estudos como os de Jelin (1974 e 1980), Prandi (1978 e 1980), Singer (1976 e 1980), Faria (1980), Alves de Souza (1980a e b), Carvalho e Alves de Souza (1978 e 1980) e Vianna (1980).

As constatações e proposições desses estudos forneceram importantes subsídios para o conhecimento daqueles padrões. Notadamente no que se refere à compreensão da heterogeneidade estrutural configurada na coexistência de diferentes formas de organização da produção e à análise das relações existentes entre elas; à conformação assumida pelas atividades de caráter não tipicamente capitalista e a contribuição dessas atividades para o processo de acumulação.

Reconhecendo em Salvador e em sua área de influência espaços privilegiados para a análise desses fenômenos, os autores mencionados explicitaram como evoluiu historicamente a sua estrutura produtiva e como foi avançando a sua urbanização. Enfatizaram as grandes transformações econômicas e sociais dos anos mais recentes, associadas à nova forma de inserção desses espaços na divisão inter-regional do trabalho que passou a prevalecer na sociedade brasileira, e relacionaram essas transformações com as tendências setoriais da ocupação na Região Metropolitana de Salvador - RMS, destacando a influência da expansão industrial sobre o emprego e sobre a dinâmica das atividades que lhes são subsequentes.

Rechaçando dualismos estanques e percebendo a pobreza e a riqueza como faces gêmeas e só aparentemente contraditórias de um mesmo processo, ressaltaram como a heterogeneidade da estrutura produtiva constitui o eixo básico de referência que precisa ser explorado para a compreensão dos problemas de emprego e renda que atingem amplos segmentos da população. Isto porque, ainda que a estrutura produtiva da cidade esteja plenamente submetida à penetração e ao domínio do capital, dentro dos padrões de desenvolvimento da região nordestina o avanço do capitalismo não assume uma forma mais homogênea e generalizada. Como

esse avanço vem ocorrendo em termos parciais e seletivos, e como as atividades mais modernas e dinâmicas não oferecem um volume de empregos capaz de absorver uma oferta de força de trabalho cujo crescimento é cada vez mais significativo, subsistem e são recriadas formas de organização da produção de caráter não tipicamente capitalistas e a elas se vinculam parcelas ponderáveis dos trabalhadores urbanos.

Aprofundando as discussões esses fenômenos, autores como Jelin ou Singer procuraram categorizar as diferentes formas de organização da produção encontradas em Salvador, procurando-se particularmente em identificar de que maneira e em que condição de trabalho estão ocupados os que não são absorvidos pelas atividades capitalistas e mais dinâmicas da economia urbana. Para isso eles utilizam conceitos bem diversos dos convencionais, criticando concepções correntes, como a que supõe a procura de trabalho para caracterizar o desemprego, ou a exclusão das donas-de-casa da produção social.

De uma perspectiva inovadora, a produção é definida como o "conjunto de atividades só econômicas mas políticas e sociais, de quais resultam o sustento da população e a sua reprodução", e sua heterogeneidade estrutural é caracterizada pela coexistência de quatro formas de organização a que se vinculariam, predominantemente, distintos segmentos da força de trabalho, a saber: (1) a forma de organização capitalista, definida pela propriedade privada dos meios de produção, pela utilização do trabalho assalariado e pela geração de mais valor; (2) a produção estatal, que abarca as diversas atividades do Poder Público e atividades sem fins lucrativos realizadas por outras entidades onde o emprego se rege formalmente por critérios e relações de ordem burocrática; (3) a produção simples de mercadorias, executada por produtores independentes que controlam os seus meios de produção e vendem bens e serviços a clientes; (4) a economia doméstica, compreendendo atividades produtivas que se realizam no âmbito doméstico, tendo em vista a satisfação das necessidades imediatas dos seus componentes.

Ignorada ou menosprezada nos estudos convencionais, essas últimas atividades têm a sua importância destacada especialmente por Jelin e Singer. Para esses autores, elas são essenciais para a compreensão do emprego e da própria condição da mulher, encontram-se plenamente integradas à economia urbana e têm papel decisivo no processo de reprodução da força de trabalho e no rebaixamento dos custos dessa re-

produção, através de mecanismos que suas análises procuram especificar.

Privilegiando a compreensão do caráter e do funcionamento da produção não-capitalista, essa linha de estudos se debruça igualmente sobre aqueles segmentos de trabalhadores designados comumente como produtores independentes, trabalhadores por conta própria ou produtores simples de mercadorias. Estudos como os de Carvalho e Souza, Vianna, Bandeira de Souza (1985) e, especialmente, Prandi discutem a especificidade da sua inserção em uma sociedade capitalista, a exemplo da sociedade brasileira, mostrando como eles são particularmente numerosos e importantes nas regiões menos adiantadas do país, como é o caso do Nordeste e de Salvador. Confrontam as suas condições de trabalho e de subsistência com as que prevalecem entre segmentos similares de assalariados e averiguam os expedientes utilizados pelos trabalhadores por conta própria para manter uma certa estabilidade ocupacional e a subsistência das suas famílias.

Destacam, também, a variação interna ao conjunto desses trabalhadores, distinguindo aqueles que poderiam ser classificados mais apropriadamente como autônomos (geralmente mais qualificados, possuidores de instrumentos de trabalho e desfrutando de uma melhor posição no mercado) dos que exercem atividades por conta própria de maneira irregular, muitas vezes aceitando qualquer tarefa que apareça, como os biscateiros, ou alternando períodos de autonomia e de assalariamento. Essa alternância e os determinantes e processos de transferência de uma para outra das citadas condições são objeto de avaliações que procuram diferenciar as situações de "expulsão" ou de "opção" dos trabalhadores, revelando, inclusive, o caráter aparente e ilusório de certos casos de uma suposta "opção".

A diferenciação que marca as atividades de caráter não-capitalista também é retomada na análise do relacionamento e das perspectivas das distintas formas de organização da produção, uma das preocupações centrais deste modelo teórico. Ressaltando como a subsistência e a dinâmica das referidas atividades está subordinada à hegemonia do capitalismo, tanto a nível local como nacional, os estudos mencionados assinalam como a expansão desse capitalismo se reflete em distintas tendências para as atividades organizadas sob formas não-capitalistas.

Algumas destas atividades entram em franca extinção, em decorrência da penetração do capital onde anteriormente elas eram realizadas por trabalhadores autônomos ou por pequenas

empresas familiares, ou de modificações no consumo que acompanham a expansão mais global do capitalismo. Outras sobrevivem com maiores ou menores modificações e, finalmente, algumas surgem e se expandem com certo vigor em espaços abertos pela própria expansão mencionada, criando oportunidades de trabalho para alguns segmentos de trabalhadores que não se inserem como assalariados em atividades tipicamente capitalistas.

No primeiro caso estão ocupações como as exercidas por conta própria por engraxates, carroceiros, carregadores, alfaiates ou vendedores de alimentos a domicílio, que em tempos passados tiveram sua participação mais expressiva na estrutura produtiva urbana. Não possuindo condições de competição com a produção organizada em moldes mais modernos e capitalistas, esses produtores vêm sendo crescentemente expulsos do mercado. Os que restam constituem um núcleo residencial composto por trabalhadores de mais idade, baixa produtividade, instabilidade ocupacional e remunerações muito precárias, que, exercendo tais ocupações há mais tempo, não têm motivação ou condições de se retirar delas.

Em um segundo grupo encontram-se atividades que mantêm uma elevada incorporação de trabalhadores, como o serviço doméstico, o artesanato tradicional, o pequeno comércio ambulante ou estabelecido e a prestação de serviços pessoais. Permanentemente ameaçados pelo avanço do capitalismo, elas vêm subsistindo na medida em que atendem a determinadas necessidades do padrão de desenvolvimento em curso e mantêm baixos preços, em razão da ausência de uma proteção trabalhista e previdenciária, da instabilidade ocupacional, de jornadas parciais ou extremamente prolongadas de trabalho e da precariedade das remunerações e dos níveis de subsistência dos que exercem tais ocupações.

Um terceiro segmento dos produtores simples de mercadorias desfruta de uma situação diversa e privilegiada em relação aos demais trabalhadores vinculados à produção não-capitalista, ou aos próprios assalariados em ocupações similares. Este segmento é composto basicamente pelos ocupados em serviços de reparação e manutenção, em um artesanato mais moderno ou na prestação de serviços pessoais especializados, que respondem a demandas das próprias empresas capitalistas ou que decorrem da ampliação e diversificação do consumo das camadas de média e alta renda, que têm crescido com a industrialização. Tais trabalhadores muitas vezes foram assalariados de grandes empre-

sas, onde adquiriram as qualificações exigidas para o exercício das suas profissões.

Finalmente, tendo assinalado como a coexistência das diversas formas de organização da produção e a persistência das atividades não tipicamente capitalistas decorrem dos padrões de expansão do capitalismo na área analisada, os estudos em apreço – e outros como o de Ivo (1975), que têm a mesma orientação – também destacam como aquelas atividades contribuem para a acumulação do capital e para o avanço daquela expansão. Isto ocorre na medida em que elas: (1) facilitam de maneira mais direta o processo de acumulação em algumas empresas do setor capitalista, como ocorre, por exemplo, quando tais empresas se apropriam da produção de pequenos produtores autônomos, realizando grandes lucros na etapa de comercialização; (2) asseguram a manutenção do exército de reserva que o capitalismo necessariamente exige e produz; (3) atendem à demanda de certos bens e serviços quando ainda não existem condições que atraíam investimentos capitalistas para a produção de bens equivalentes ou sucedâneos; (4) estimulam um maior consumo de determinadas mercadorias do setor capitalista, principalmente ao facilitar a sua circulação; (5) contribuem para reduzir os custos de reprodução da força de trabalho.

Os Estudos sobre as Estratégias de Ocupação e de Sobrevivência dos Trabalhadores de Baixa Renda

Com a realização das análises assinaladas, nos últimos anos da década de 70 já se acumulara uma vasta e significativa bibliografia sobre os problemas de ocupação e renda nas cidades nordestinas, incorporada ao avanço nacional do debate sobre as referidas questões.

Na trajetória desse avanço, certas constatações e interrogações dos estudos existentes, revelações dos dados censitários e a própria observação mais imediata da realidade contribuíram para que o eixo das discussões fosse deslocado para a questão das condições de subsistência e reprodução social dos estratos mais baixos da força de trabalho urbana.

Com tal deslocamento, reconhecendo que as dificuldades e condições de emprego e os baixos rendimentos auferidos impossibilitavam o atendimento das necessidades mais elementares desses segmentos da força de trabalho, instituições de planejamento governamentais, técnicos e acadêmicos voltaram as suas preocupações para o entendimento do que passou a ser chamado

de “estratégias de sobrevivência” dos trabalhadores de baixa renda; ou seja, para a análise do conjunto de opções, comportamentos e expedientes utilizados pelos referidos trabalhadores para subsistir e se reproduzir, nas condições socialmente adversas do desenvolvimento brasileiro do período mais recente.

Por trás desse interesse havia de parte dos organismos de planejamento o suposto de que embora tais estratégias estivessem centradas em torno do trabalho, a renda real das famílias mais pobres dos centros urbanos incluiria, também, rendimentos extra-trabalho e elementos monetários e não monetários de mais difícil apreensão. E que o conhecimento mais aprofundado da diversidade de formas de inserção ocupacional, das fontes de obtenção de renda e dos expedientes compensatórios utilizados para a satisfação das necessidades básicas daquelas famílias não levaria apenas à elaboração de esquemas analíticos mais adequados à compreensão de problemas sociais de extrema gravidade e extensão. Esse conhecimento também poderia fundamentar a sugestão de políticas capazes de ampliar as oportunidades ocupacionais, aumentar os rendimentos e melhorar as precárias condições de vida dos segmentos de trabalhadores em questão, no Nordeste ou em outras áreas.

Por isso mesmo, instituições como o IPEA e a Sudene apoiaram e financiaram várias pesquisas sobre a temática em apreço, cujos resultados deram origem a um bom número de publicações. Entre essas pesquisas devem ser citadas as realizadas por Pessoa (1978) e Machado da Silva (1978) sobre os estratos ocupacionais de baixa renda da cidade de Recife, patrocinadas pela Sudene. O amplo projeto sobre “Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste”, conduzido entre 1975 e 1977 por uma equipe do Museu Nacional, girando em torno das condições ocupacionais e dos modos de vida de grupos determinados de trabalhadores urbanos em Pernambuco, do qual resultaram diversos artigos, publicados no livro de Leite Lopes *et alii* (1979). E também alguns levantamentos centrados mais diretamente sobre as estratégias de sobrevivência em questão, efetuados em Fortaleza, Recife e Salvador, em decorrência de convênios do IPEA/Sudene com o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal do Ceará, com o Mestrado de Antropologia Cultural da Universidade Federal de Pernambuco e com o Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia. Levantamentos que fundamentaram análises como as de Haguette (1983 e 1984), Motta e Scott (1983), Motta (1984) e Carvalho (1984), entre outras.

A essas publicações se somaram trabalhos de pesquisadores como Vianna (1980), Barbosa (1982, 1983, 1984), Carvalho (1985), Barbosa e Carvalho (1984) e Koike (1985), constituindo uma linha de estudos de importância bastante significativa.

Abstraindo-se as peculiaridades de cada trabalho quanto a objetivos e aspectos mais enfatizados, contextos de pesquisa, procedimentos metodológicos ou conclusões mais relevantes, essa linha de análises pode ser caracterizada por algumas proposições básicas comuns.

Assim é que, em breves parágrafos (como no estudo inicial de Machado da Silva, ou nos trabalhos de Motta e Scott), de modo relativamente mais extenso (Carvalho, 1984) ou até aprofundando mais teoricamente essa questão (Barbosa, 1982, 1983 e 1984), eles reconhecem que as dificuldades cotidianas de subsistência e as alternativas e estratégias utilizadas pelos grupos pesquisados têm sua raiz na existência de um padrão de desenvolvimento que se apoia na super-exploração da classe trabalhadora e na sua pauperização.

Assumindo contornos mais acentuados e específicos na região nordestina, esses fenômenos estariam se traduzindo na prevalência de remunerações aquém do valor da força de trabalho, e, por isso mesmo, absolutamente insuficientes para cobrir as necessidades vitais e para assegurar a manutenção do trabalhador e dos seus dependentes.

Como os seus efeitos não são atenuados por uma redução dos custos de subsistência ou por resultados compensatórios dos investimentos e políticas sociais do Estado, isto estaria levando: (1) a um aumento da quantidade do trabalho necessário e exigindo a ampliação da jornada do trabalhador e a extensão a outros membros da unidade doméstica da responsabilidade de atenuar o decréscimo da renda real do chefe de família, com o exercício de alguma forma de atividade remunerada; (2) e também a uma pressão pela redução dos custos de subsistência e reprodução dessa força de trabalho, no âmbito do grupo doméstico, através da compressão do consumo e do padrão de vida dos seus componentes. Isto se verificaria pela privação de vários bens e serviços e pela necessidade de exclusão daqueles custos de itens fundamentais para a sobrevivência, a exemplo da habitação, que passam a ser providos por vias caseiras, não mercantilizadas; isso significa uma nova ampliação do trabalho não pago e a sua extensão aos diversos componentes da família do trabalhador, subordinados, mesmo que indiretamente, ao domínio do capital.

A partir dessas constatações básicas a linha de estudos em apreço põe em destaque aspectos de fundamental importância para a compreensão das condições ocupacionais e do modo de vida dos grupos pesquisados.

São analisadas, por exemplo, as várias formas de ampliação da jornada de trabalho, como a realização de horas-extras, a combinação entre o trabalho assalariado e por conta própria, ou a eliminação total ou parcial do tempo que deveria ser dedicado ao repouso e à recuperação física e psicológica do trabalhador. E também as alternativas de manipulação do mercado e da busca de um mínimo de estabilidade utilizadas pelos ocupados por conta própria, a necessidade e as modalidades de incorporação produtiva de outros membros da família (como mulheres, crianças e adolescentes em idade escolar, ou pessoas mais idosas), em um esforço conjunto que envolve a articulação combinada e complementar de várias formas de inserção ocupacional.

Dai se considera que a unidade real de trabalho não é o indivíduo e sim o grupo doméstico, sendo destacada a sua importância não apenas em termos da venda da força de trabalho familiar como da produção de valores de uso para o consumo dos seus componentes e do desenvolvimento de mecanismos diversos de manipulação da escassez.

Além disso, na abordagem dos diversos arranjos que se efetuam no interior desses grupos, de acordo com o ciclo vital da família (com que, normalmente, ele se confunde) e com outras condições, foram especificadas a divisão de tarefas e de responsabilidades entre os seus diversos membros e os papéis que lhes são atribuídos. Conforme as observações realizadas, o papel de provedor principal cabe normalmente ao pai, entrando as mulheres, menores e velhos como coadjuvantes na reprodução familiar. Pesados encargos recaem sobre a dona-de-casa, principalmente quando ela assume o exercício de uma ocupação remunerada paralelamente à produção doméstica de valores de uso para o consumo da sua família. E transparece uma tendência ao assalariamento do provedor principal, bem como a importância da carteira assinada e da conseqüente cobertura previdenciária nas considerações e opções dos trabalhadores quanto às suas alternativas de arranjos (ver Barbosa Alvim, 1979; Machado Neto, 1980; e Teixeira, 1979).

As conclusões desses estudos põem igualmente em evidência os parcos resultados dos esforços assinalados. Além de comportamentos centrados em torno do trabalho, seus autores

identificaram diversos e tristes expedientes cotidianos que buscam uma redução dos gastos e uma adaptação às condições de carência. Por exemplo, a burla sistemática ao pagamento de luz (o conhecido "gato"), a realização de compras miúdas em locais determinados pela disponibilidade eventual de dinheiro, a utilização do crédito informal fornecido pelo pequeno comércio das proximidades e a auto-construção das moradias.

A avaliação desses expedientes e a análise das condições de vida e dos gastos das famílias pesquisadas, principalmente quanto a aspectos como alimentação, transporte, educação, vestuário e saúde, deixou patente como todas as "estratégias" apontadas não conseguem minorar a sua extrema penúria. O custo do transporte torna-se cada vez mais pesado e difícil de ser enfrentado no orçamento dessas famílias; despesas com saúde são consideradas como extraordinárias e provocam situações de crise e, no fundamental, suas preocupações básicas têm que se dirigir para a alimentação; ou seja, para assegurar a própria sobrevivência biológica, com a redução ou repressão de necessidades básicas e a vivência de uma pobreza bastante acentuada.⁵

Mesmo porque a suplementação de renda ou a satisfação de determinadas necessidades através de transferências, doações, acesso aos programas assistenciais do Estado ou alternativas similares (abordadas mais detalhadamente em estudos como os de Motta e Scott), têm um papel absolutamente insignificante na manutenção dos segmentos de trabalhadores estudados. A hipótese da relevância das rendas extra-trabalho ou não monetárias pode ser definitivamente descartada pelas constatações empíricas dos estudos em questão.

Bem mais importante revelou-se a existência de sistemas informais de crédito e empréstimos, ainda que tragam embutidas condições de exploração dos seus usuários. E, principalmente, a rede de relações sociais e a ajuda mútua que se estabelece entre parentes, vizinhos e amigos, com uma troca de bens, serviços e favores que são fundamentais para viabilizar a subsistência cotidiana, e, principalmente, para o enfrentamento de situações de crise.

Além do mais, levando em conta as modalidades de trânsito e complementariedade que se estabelecem entre distintas formas de atividade e inserção ocupacional, ao nível do indivíduo e da sua família, bem como a homogeneidade de condições de vida marcadas pela super exploração e pobreza assinaladas, duas outras conclusões são enfaticamente reafirmadas em vários

dos estudos com a presente orientação. Primeiramente a importância das atividades não capitalistas, tanto para a manutenção da reserva de mão-de-obra como para a complementação de renda dos segmentos assalariados; e, em segundo lugar, a unidade da massa trabalhadora enquanto um proletariado urbano, acima e apesar da diversidade de formas de inserção ocupacional e das relações de dominação e de subordinação entre o capital e o trabalho que podem ser constatadas na realidade nordestina, e de um modo mais geral, na própria sociedade brasileira.

Os Estudos que Avaliam o Panorama dos Anos Mais Recentes e suas Relações com o Padrão de Desenvolvimento Regional

Finalmente, entre a literatura analisada na presente resenha, nesses primeiros anos da década de oitenta vêm se acumulando e sobressaindo estudos que buscam identificar as transformações e as novas características do mercado de trabalho e da pobreza nos centros urbanos do Nordeste, analisando-as à luz do caráter e das repercussões do recente desenvolvimento regional.

Aí se encontram publicações como as da Sudene (1984), do Minter/Sudene (1985) ou do CNRR/IPES/Unicef (1985), que em alguns dos seus capítulos apresentam diagnósticos das condições de trabalho e de pobreza encontradas nas cidades nordestinas. Sem maiores preocupações analíticas e utilizando dados censitários e conceitos mais convencionais, esses diagnósticos põem em destaque e especificam o avanço regional da urbanização, a distribuição da força de trabalho por setores econômicos e a que se verifica no contexto das cidades, ressaltando a importância das atividades terciárias como fonte de empregos. Abordam alguns aspectos relativos ao perfil e aos padrões de remuneração da população trabalhadora, incluindo variáveis como sexo, idade, e setor de ocupação. E também se reportam à precariedade das relações de trabalho e ao nível de pobreza encontrado naqueles centros urbanos, tomando indicadores como a proporção de segurados contribuintes da previdência social (não mais que 53% dos empregados), ou o número dos que percebem uma renda mensal igual ou inferior a um salário mínimo (26 milhões).

Mais numerosos e relevantes, porém, são os textos que buscam compreender as novas condições de ocupação e renda aproveitando e procurando avançar sobre as constatações e proposições analíticas anteriores, notadamente no que

se refere às determinações da industrialização e do desenvolvimento regional das últimas décadas sobre os fenômenos que constituem o objeto das suas preocupações.

Entre esses textos podem ser incluídos trabalhos de economistas vinculados principalmente ao CAEN, em Fortaleza, ou ao PIMES, em Pernambuco, como os de Ferreira (1982, 1983 e 1985), Oliveira (1983), Casemiro (1985a e b), Oliveira e Casemiro (1985), Jatobá (1983a e b e 1985), Guimarães Neto (1984 e 1985), Guimarães Neto e Souza (1984), Souza, Guimarães Neto e Araujo (1983) e Guimarães Neto e Araujo (1985).

E também estudos como os de Carvalho e Brandão (1980), Carvalho e Castro (1984), Souza (1985), Camarano (1985a e b), Buarque (1985a e b), Guimarães (1985), Castro e Guimarães (1985) ou Castro, Franco e Guimarães (1985), entre outros.

Como já foi mencionado, tais trabalhos partem do suposto de que o entendimento das condições de emprego e de renda e dos padrões de vida que prevalecem atualmente no Nordeste (bem como dos efeitos da crise econômica mais recente sobre essas condições) passa pela discussão do caráter e dos efeitos da industrialização e do desenvolvimento dos últimos anos.

Dando curso a essa discussão, economistas vinculados ao CAEN (como Oliveira, Ferreira ou Casemiro) têm destacado, sobretudo, o caráter subordinado e excluyente dessa industrialização, que não se acopla às características e necessidades da região e sim às exigências da reprodução do capital a nível nacional, com determinações emanadas da divisão internacional do trabalho em que se insere a economia brasileira. Sua expansão assume, então, um padrão de efeitos reduzidos no que se refere ao surgimento de novas atividades a ela vinculadas, a um crescimento mais expressivo do emprego e aos próprios níveis salariais dos postos de trabalho que têm sido criados.

As mudanças ocorridas no perfil industrial do Nordeste e a crise das suas indústrias tradicionais (mais absorvedoras de mão-de-obra) estariam agravando essa situação, em flagrante contraste com o excedente da mão-de-obra que cada vez mais se aglomera nas cidades e, notadamente, nas grandes metrópoles nordestinas. Inclusive porque a ausência de transformações que viessem a reduzir o nível de expulsão da população engajada na agropecuária tem avolumado os fluxos migratórios que se dirigem para aqueles centros, contribuindo para que as dificuldades de emprego e de subsistência assumam a dimensão que tem sido constatada.

Considerações similares estão presentes em textos do grupo ligado ao PIMES (Jatobá, Vale e Souza, Araujo e Guimarães Netto) ou de outros autores, em certos casos com um maior nível de elaboração e de complexidade. Suas análises têm assinalado como a estrutura produtiva e o mercado de trabalho dos centros urbanos do Nordeste experimentaram transformações das mais significativas nas duas últimas décadas. Têm especificado como elas decorrem de um processo de desenvolvimento que resulta (direta ou indiretamente) tanto das políticas governamentais para a região quanto do avanço mais global da acumulação capitalista, no núcleo mais dinâmico da economia nacional e na sua periferia. E também como no curso da expansão e transformações explicitadas novas atividades se implantaram, algumas foram modernizadas e outras desarticuladas ou desativadas, provocando todo um conjunto de impactos e alterações nos processos de criação e destruição de empregos, nas relações inter-regionais e inter-setoriais, nas diferentes formas de organização da produção, nos processos e relações de trabalho e nas modalidades e níveis de remuneração da população ocupada.

A matriz desses fenômenos estaria no avanço e no caráter da integração da economia nordestina com a economia nacional e com os seus centros hegemônicos, no curso da expansão industrial e do desenvolvimento dos últimos anos. Essa integração tem como uma das suas marcas básicas uma articulação mais intensa das novas atividades dinâmicas que estão sendo implantadas no Nordeste com os espaços industrializados do Sudeste do que com as atividades mais tradicionais e localizadas na própria região. E disso estariam resultando importantes "vazamentos" que reduzem os efeitos potenciais sobre o emprego e a renda que poderiam ser internalizados em proveito da região, mas que terminam transferidos para outras áreas, ou, mais especificamente, para a região mais desenvolvida do centro-sul.

Contudo, os pesquisadores reconhecem que a economia nordestina experimentou um notável dinamismo nessas duas últimas décadas, sustentando taxas médias de crescimento global de quase 7% ao ano, mais que quadruplicando a sua produção industrial e impulsionando setores como o de transportes e comunicações, o comércio e a prestação de serviços, de modo mais generalizado. Esse crescimento foi especialmente concentrado nas cidades, com grande destaque para Salvador, Recife e Fortaleza, e, em menor grau, para as demais capitais estaduais nordestinas e suas adjacências.

Entre outros resultados isto se traduziu em um grande aumento da importância relativa das atividades de corte nitidamente urbano e da expressão do emprego por elas gerado. Há estimativas de que pouco mais de 80% do aumento da PEA nordestina teria sido absorvido nas cidades, com diferenças entre as mesmas que são especificadas em estudos como os de Brandão (1982), Souza (1985) e Camarano (1985a e b). Além do mais, tão significativa expansão das oportunidades de trabalho foi acompanhada por um conjunto de tendências e transformações da maior relevância, registradas pelos estudos mencionados e sintetizados com especial clareza em um trabalho mais recente de Guimarães Netto (1985).

Procurando analisar o volume e a composição da PEA, a estrutura ocupacional e os processos e relações de trabalho, os estudos em apreço começam por enfatizar o expressivo incremento do emprego e da produtividade média da mão-de-obra, além da sua já mencionada concentração em termos especiais. Reconhecem uma maior incorporação dessa mão-de-obra à produção industrial e a setores dinâmicos como os de transportes, comunicações e armazenagem, as chamadas "atividades sociais", o comércio e os serviços voltados para o consumo das empresas e dos estratos médios e altos da população; e também uma tendência de crescimento do número e da proporção dos assalariados, configurando um avanço do processo de formação de um proletariado urbano e industrial e do peso relativo dos seus segmentos mais modernos, com uma redução do espaço relativo do trabalho autônomo e da produção familiar.

Em termos da distribuição setorial da população ocupada, sobressaem entre as conclusões desses trabalhos as mudanças ocorridas no interior de alguns setores, como a indústria de transformação, os transportes e comunicações, o comércio de mercadorias, as atividades bancárias e o próprio setor público. A redefinição do perfil de algumas dessas atividades, suas novas formas de organização e a modernização e racionalização que estão sendo nelas efetuadas, vêm transformando o processo de trabalho e as suas exigências qualitativas e quantitativas de mão-de-obra, o que repercute de modo significativo não apenas sobre os níveis e características do emprego urbano, mas sobre a própria conformação da rede de cidades da região.

No caso da indústria essas considerações são especialmente relevantes. Apesar da enorme expansão dos últimos anos, as mudanças ocorridas no setor e a nova conformação pelo mesmo assumida tornaram o seu papel empregador rela-

tivamente modesto. Conforme estimativas de Souza e Araujo (1983), a participação do setor industrial no conjunto da população ocupada da região teria sido de 34,5% em 1950, 34,5% em 1970 e 32% em 1979. E 4/5 desses trabalhadores não estavam vinculados às atividades de transformação propriamente ditas, mas à indústria da construção civil, grande absorvedora da mão-de-obra não qualificada.

É verdade que em termos absolutos o incremento do emprego naquelas atividades não é menosprezado, nem tampouco a maior incorporação de força de trabalho aos setores estimulados pela recente industrialização, apesar das tendências poupadoras de mão-de-obra implícitas nos processos de reorganização, racionalização e modernização antes apontados. E que se manifestam, por exemplo, em novas formas de organização e em novos processos de trabalho nos bancos e em outras atividades de caráter financeiro; ou em mudanças na estrutura e nas práticas do setor comercial, com o surgimento de novos gêneros, o decréscimo relativo do comércio varejista e a expansão dos grandes estabelecimentos (*shopping centers*, filiais de grandes cadeias de lojas e centrais de abastecimento), não apenas nas grandes cidades, como, também, naquelas de médio porte.

Como frisam Guimarães Netto (1985) e Guimarães Netto e Araujo (1985), aliadas à modernização dos transportes as transformações do comércio afetaram e prejudicaram, inclusive, as condições e a posição na hierarquia urbana dos centros de porte médio cuja função principal era a distribuição de mercadorias para o meio rural ou para aglomerados menores, na sua área de influência. Os casos de Caruaru, Campina Grande, Juazeiro e Petrolina ou Feira de Santana são citados como típicos dessa situação.

Mas nessas e na maior parte das outras cidades, entretanto, continua a se acumular uma enorme massa de trabalhadores, continuamente ampliada não apenas pelo crescimento demográfico interno a esses centros como pelo efeito de processos como a maior oferta de força de trabalho decorrente da pauperização, e, sobretudo, pela expulsão de mão-de-obra que vem acompanhando o avanço do capitalismo no campo. Pois a sua "modernização conservadora" tem levado a uma maior concentração da propriedade, ao fechamento de fronteira, ao incentivo à pecuarização e à proletarianização, pauperização e à desruralização do trabalhador agrícola, potencializando o poder de atração dos centros urbanos onde vem se concentrando os investimentos públicos e privados nas últimas décadas.

Como o avanço do capitalismo e o incremento do emprego nos setores mais modernos e dinâmicos da economia urbana não conseguem absorver toda essa oferta de mão-de-obra, mantém-se um vasto exército de reserva que se deposita em atividades como o emprego doméstico, o pequeno comércio ou a prestação de serviços por conta própria. Aumenta, assim, a heterogeneidade da estrutura produtiva e do mercado de trabalho urbano, ou, no dizer de alguns dos autores relacionados, e sua segmentação.

Como ressaltam estudos do conjunto em discussão (e também de outras vertentes analíticas que os antecederam), a incorporação de trabalhadores às atividades de corte capitalista e mais moderno, com o avanço do assalariamento e a expansão e consolidação de um proletariado urbano, vem coexistindo com a persistência e reprodução de atividades organizadas de forma não capitalista, representadas principalmente pelos trabalhadores autônomos e pelos diversos segmentos da pequena produção. Merecendo um destaque especial por parte dos pesquisadores, a acentuação da heterogeneidade e da complexidade do mercado de trabalho urbano é apontada como uma das dimensões de maior relevância das transformações associadas ao desenvolvimento mais recente da região.

Além disso, ressaltando o peso que as atividades não capitalistas ainda mantêm e os problemas de ocupação e subsistência que o desenvolvimento regional não contribuiu para reduzir,⁶ trabalhos já mencionados também registram como a crise econômica estaria ocasionando seu agravamento. Pesquisa realizada por Casemiro (1985), em Fortaleza, constatou um aumento do auto-emprego e do desemprego aberto, além de uma menor pauperização da classe trabalhadora. Dados analisados por Guimarães Netto e Araujo (1985) também evidenciaram um declínio dos níveis de ocupação em Fortaleza, Recife e Salvador e indícios de uma certa saturação do chamado "setor não organizado"; o que sugere como algumas áreas urbanas do Nordeste estariam chegando a uma situação em que essa válvula de escape ao desemprego aberto começa a perder sua capacidade de amortecimento do impacto social da crise e das próprias dificuldades estruturais de emprego intrínsecas à economia da região.

Daí porque as conexões entre o caráter do desenvolvimento dos últimos anos e a persistência e acentuação da pobreza urbana perpassam as discussões de vários trabalhos e constituem o foco central de outros, como os de Ferreira (1983) ou de Carvalho e Castro (1984).

O primeiro desses estudos explicita os mecanismos excludentes do processo de urbanização associado ao referido desenvolvimento, que se refletem mais diretamente sobre a conformação da estrutura ocupacional e sobre a distribuição de renda. E também se preocupa em descrever as condições da pobreza urbana a partir da realidade de Fortaleza, analisando a relação entre os níveis de renda da população ocupada e os seus custos de subsistência, bem como o acesso dos trabalhadores a serviços de consumo coletivo, como energia, água e esgoto etc.

Menos preocupadas com a caracterização e mais com a explicação da pobreza, Carvalho e Castro discutem as versões correntes sobre os determinantes da sua persistência e expansão no contexto do Nordeste, questionando-a enquanto um atributo *da região* e procurando ressaltar o seu caráter *de classe*. Pois, no entender dessas autoras, as precárias condições de vida e de trabalho de maior parte da população nordestina constituiriam as manifestações mais aparentes do processo mais amplo de pauperização relativa e absoluta da classe trabalhadora brasileira, tal como se expressa no âmbito regional e consideradas as especificidades da expansão capitalista que aí se verifica.

Identificando o que considera como as mais relevantes dessas especificidades, o trabalho procura mostrar como a partir de condições históricas determinadas, o avanço do capitalismo que se traduziu no crescimento e nas transformações dos últimos anos foi marcado por um conjunto de mecanismos que levou à manutenção de velhas formas de pobreza e à produção de outras novas, tanto no meio rural como nos centros urbanos. Conseqüentemente, contestando as explicações prevalecentes sobre a pobreza em questão, suas conclusões procuram salientar: (1) que ela não constitui prioritariamente um problema regional e sim de classe, que atinge não a um Nordeste inespecífico e abstrato, mas à classe trabalhadora aí residente, nas suas distintas frações; (2) que, ao contrário do que divulgam as versões analisadas, ela também não decorre de fatores naturais adversos e imponderáveis, ou de uma expansão insuficiente da economia da região, mas do próprio caráter que tem assumido o seu desenvolvimento, bastante expressivo, ao combinar velhas e novas formas de exploração e de pauperização dos trabalhadores nordestinos; (3) e que, por isso mesmo, a pobreza analisada não poderá ser superada com a simples expansão desse mesmo desenvolvimento, sem que se processem transformações fundamentais na sua natureza e orientação.

Com referência, ainda, ao conjunto de estudos abordados, vale mencionar que ao tratar das transformações e das características mais gerais e atuais do mercado de trabalho nas cidades do Nordeste, eles também vêm concorrendo para um melhor entendimento de questões mais particulares e específicas, como é o caso da condição social e do trabalho da mulher. As informações e análises desses estudos têm deixado muito evidente o quanto cresceu a participação feminina na força de trabalho urbana do Nordeste, ainda que não tenham sido criadas as condições e oportunidades para viabilizar sua *melhor incorporação*.

Ao analisar as mudanças na divisão social do trabalho ocorridas nas últimas décadas no Estado da Bahia, Guimarães (1985) ou Castro, Franco e Guimarães (1985) identificaram este fenômeno com muita clareza. Suas pesquisas constataram uma intensa incorporação da mulher ao mercado de trabalho, vinculada principalmente ao aumento do emprego no chamado setor terciário da economia e acompanhada por um decréscimo acentuado do emprego doméstico. Pois tanto nas cidades da Bahia como em outros estados do Nordeste uma boa parte dessa incorporação foi devida a uma ampliação da demanda decorrente do crescimento de funções administrativas no setor público e no setor privado e da expansão dos serviços de consumo coletivo e das chamadas "atividades sociais", onde a participação feminina sempre foi das mais expressivas. As mulheres de maior nível de escolaridade e de qualificação, originárias, predominantemente dos estratos médios, foram as principais beneficiárias dessas transformações.

Sem menosprezar a sua significação, é preciso esclarecer, contudo, que as pesquisas ainda mostram um desemprego elevado entre as mulheres; e, principalmente, a vinculação da maior parte das que trabalham a ocupações como o emprego doméstico, o artesanato tradicional, a prestação de serviços não qualificados ou o pequeno comércio, caracterizadas pelas suas precárias condições de trabalho e por suas baixas remunerações. O que está associado tanto às condições estruturais do mercado de trabalho como à problemática da mulher na sociedade brasileira, particularmente no que diz respeito às responsabilidades domésticas que lhes são atribuídas.

Algumas Observações Finais

Mesmo uma rápida avaliação dos estudos arrolados nesta resenha permite observar o

quanto eles contribuíram para um avanço na constatação e no tratamento analítico do seu objeto. Hoje já se dispõe de conhecimentos que podem ser considerados como satisfatórios sobre a conformação e mecanismos de funcionamento do mercado de trabalho nas cidades nordestinas, sobre as condições de ocupação, rendimentos e subsistência dos seus trabalhadores e sobre os níveis e determinantes da sua pauperização.

Como foi visto, os estudos arrolados identificaram e analisaram as distintas formas de incorporação da força de trabalho à organização da produção; o peso e o significado das atividades não-típicamente capitalistas e as principais variáveis que interferem sobre aquela incorporação, permitindo reconhecer tanto o perfil do trabalhador preferencial como o daqueles que tendem a ser recusados pela produção capitalista e a engrossar as fileiras do exército de reserva.

Explicitaram, também, a diversidade de situações entre as cidades da região, pois o Nordeste não constitui um todo homogêneo. Contestaram antigos mitos e falsas hipóteses, como a de que o subemprego seria causado pelas migrações (criticado, especialmente por Souza, 1978), ou de que os trabalhadores mais pobres dispõem de rendas não monetárias, extra-trabalho e complementares, de uma certa significação.

Os efeitos sociais do desenvolvimento regional dos últimos anos também foram avaliados e criticados, fundamentando um amplo conjunto de propostas para a revisão das políticas do Estado dirigidas para o Nordeste e para o ataque aos seus problemas de emprego e de pobreza, com sugestões que não chegaram a ser tratadas por esta resenha.

Mas os resultados desses estudos não se traduziram apenas em um melhor conhecimento da realidade específica da região. Inserindo-se em um debate bem mais amplo sobre os padrões de urbanização, emprego e subsistência que vêm prevalecendo no Brasil e em outras áreas da periferia do capitalismo, debate que envolve outros estudos e autores, diversos dos trabalhos aqui mencionados também agregaram subsídios muito relevantes para o avanço mais global do conhecimento científico sobre essas questões.

Algumas das suas constatações e propostas levaram ao questionamento de suposições e conceitos de uso corrente na análise dos problemas de ocupação e renda, como, por exemplo, a exigência de uma procura ativa de trabalho para o reconhecimento do desemprego; ou a consideração do subemprego a partir do nível de renda

ou do número de horas trabalhadas, já que foi demonstrado que a sub-remuneração não está ligada necessariamente a uma prática de trabalho reduzida, nem constitui uma condição específica dos trabalhadores do chamado "setor informal".⁷

Apesar das ambigüidades que ainda subsistem em relação a esse último conceito (a ponto de alguns autores o utilizarem entre aspas), a linha de estudos nele centrada permitiu um maior conhecimento da pequena produção urbana, situando mais corretamente, inclusive, as potencialidades e limitações do seu desenvolvimento.

Além disso, as análises de muitos desses estudos permitiram um melhor entendimento de fenômenos mais amplos e muito cruciais para a compreensão do desenvolvimento brasileiro, como a conformação da estrutura produtiva das cidades, a dimensão e características do processo de pauperização da classe trabalhadora, ou as conexões existentes entre o "moderno" e o "tradicional". Proposições e questões relevantes também foram levantadas quanto à importância e arranjos no âmbito do grupo doméstico para que a classe trabalhadora possa subsistir em condições de super-exploração; quanto ao significado da produção de valores de uso que se efetiva no âmbito domiciliar; quanto ao trabalho e condições da mulher e quanto ao significado e efeitos sociais da intervenção do Estado e das políticas por ele implementadas.

Ressaltadas, sumariamente, essas contribuições, é preciso reconhecer, porém, que conceitos imprecisos e questionáveis continuam a ser utilizados, mesmo em trabalhos mais recentes. Que os estudos e pesquisas acumuladas quase sempre privilegiaram as grandes cidades e as regiões metropolitanas do Nordeste, deixando a descoberto o estudo de como os problemas de ocupação e renda se manifestam nas cidades de pequeno e médio porte. São raras as publicações que de alguma forma se reportam a esses centros, como as de Carvalho (1976), do Minter/Sudene/MDU (1981) ou de Riviere d'Arc *et alii* (1984). E questões de grande importância ou fenômenos mais recentes também ainda estão por merecer melhor atenção e tratamento por parte dos pesquisadores.

Para citar alguns exemplos, a ênfase no "tradicional" — refletida no grande número de estudos sobre o que tem sido chamado de setor informal, atividades não capitalistas, micro-empresas ou pequena produção urbana, e de certa forma explicável pelo peso dessas atividades na realidade regional — deixou o "moderno" obscurecido ou relativamente negligenciado.

Fenômenos como a equalização dos processos de trabalho (que vêm se registrando em alguns setores), o surgimento de um proletariado industrial moderno em indústrias como a petroquímica baiana, ou problemas relativos às condições de consumo e de gestão da força de trabalho no interior da unidade produtiva, consideradas as suas repercussões, apenas começaram a ser debatidos pelos estudiosos da região; e, em muitos casos, em pesquisas que se encontram ainda em andamento. Daí a relativa exigüidade da bibliografia que aborda o comportamento dos fenômenos mencionados no contexto nordestino, limitada a trabalhos como os de Franco (1983), Azais (1984), Hirata (1984) e Guimarães (1986).

O avanço do assalariamento e do processo de constituição de um proletariado urbano têm sido tão amplamente ressaltados quanto insuficientemente estudados.

As necessidades de retomar e aprofundar as discussões sobre os contornos e significado desses processos, tanto em termos dos movimentos da estrutura produtiva e do mercado de trabalho, quanto da consciência e dos projetos e alternativas individuais dos trabalhadores, têm sido reclamadas por diversos pesquisadores, principalmente pela sua importância para uma melhor compreensão e teorização do processo de formação das classes sociais.

Ocorre que as dimensões sócio-políticas das condições de trabalho e de pobreza que persistem no Nordeste também permanecem pouco exploradas. Os estudos mencionados nesta resenha retratam um contexto que mantém diferentes formas de incorporação da classe trabalhadora ao processo produtivo e onde essas formas se alternam e se conjugam, tanto ao nível da trajetória individual de cada trabalhador, quanto ao nível de seu grupo doméstico. E isto se traduz na existência (e na vivência) de diferentes formas de subordinação ao capital e em um conjunto de contradições e ambigüidades no caminho da proletarianização que, se não se configura como linear e irreversível, vem tendo um avanço intenso e inquestionável.

Como esses fenômenos e o processo de pauperização a eles associados repercutem sobre as representações e universo simbólico dos trabalhadores, sobre a constituição de uma identidade proletária e sobre a formação, expressão e conflitos de classe; ou, ainda, sobre os seus diversos encaminhamentos na ação política, são questões que ainda estão por ser melhor desvendadas pelos cientistas sociais.

É verdade que algumas reflexões sobre as representações, identidade e homogeneidade da

classe trabalhadora nos centros urbanos nordestinos têm sido realizadas em estudos como os de Leite Lopes e Machado da Silva (1979), e que até constituem a preocupação básica de trabalhos como os de Haguette (1980), Castro (1983), Oliveira (1983), Barbosa e Carvalho (1984), Giuliani (1985), Guimarães (1986) e Guimarães e Castro (1986).

Trata-se, porém, de um conjunto de trabalhos ainda restrito e relativamente recente, cujas preocupações e colocações não se caracterizam por uma maior identidade. Alguns deles têm procurado destacar, sobretudo, como a homogeneidade de condições de vida e percepção ideológica se sobrepõem às diferenciações resultantes da conformação do mercado de trabalho e às contradições e ambigüidades acima assinaladas.

Já outros consideram que essas condições e a grande mobilidade dos trabalhadores se refletiria na constituição de camadas sociais de atores de configuração imprecisa, em "classes inacabadas" . . .

A fragmentação da cultura, a precária organização, a baixa capacidade de ação política e as práticas conflitantes das classes dominadas são relatadas e postas em relevo por alguns desses analistas; outros procuram problematizar a formação, organização e ação de classe como

um processo complexo que resulta de várias ordens de determinações, dedicando-se a analisar as mais importantes delas entre os grupos por eles estudados, com ênfase no processo de trabalho, na esfera familiar e na própria organização e ação sindical.

Por outro lado, os movimentos sociais associados com as necessidades de reprodução da força de trabalho e com o seu empobrecimento, ou seja, as lutas por melhores condições de transporte, moradia, educação, saúde e emprego, que vêm ressurgindo nas cidades nordestinas com bastante vigor, constituem, igualmente, uma nova temática que começa a ser abordada. Como assinala Nascimento (1985a e b), em termos regionais a literatura e o conhecimento sobre esses problemas ainda são restritos, se bem que isso tenda a mudar dentro de pouco tempo, tendo em vista os vários estudos e pesquisas que se encontram em andamento, ou em fase de conclusão.

Enfim, as transformações dos últimos anos colocaram novos desafios e problemas para a compreensão das formas de inserção ocupacional, das condições de subsistência e reprodução social e da conformação e conseqüências (inclusive em termos políticos) da persistente pobreza dos trabalhadores no Nordeste urbano. Cumpre aos pesquisadores enfrentá-los.

Notas

1. Esta bibliografia compreende análises sobre o crescimento e a conformação mais recente das cidades nordestinas, sobre o processo e os impactos da migração, as diversas formas e resultados da intervenção governamental no contexto das cidades (especialmente no que diz respeito à política habitacional), os problemas e conflitos relativos ao uso do solo e ao acesso à moradia, as condições de emprego e subsistência da força de trabalho urbana e, mais recentemente, sobre os processos de trabalho e os movimentos sociais.

Como esta resenha deveria compor um número especial do *BIB* dedicado ao Nordeste, pretendia-se, inicialmente, abranger o conjunto desses trabalhos, oferecendo ao leitor um panorama geral do que vem sendo produzido sobre o Nordeste urbano. Verificada, porém, a absoluta inviabilidade dessa pretensão, o material levantado passou a ser utilizado para a elaboração de duas resenhas. Esta é a primeira delas. A segunda abordará questões relativas à conformação das cidades, ao uso do solo e à habitação, devendo ser publicada em um número posterior deste *Boletim*.

2. Na bibliografia relacionada e analisada haverá, certamente, uma omissão de trabalhos e autores, de caráter absolutamente involuntário. É que a maior das dificuldades enfrentadas para a elaboração desta resenha foi o levantamento e a obtenção de teses, relatórios e artigos produzidos nos centros de pós-graduação e pesquisa do Nordeste, uma vez que boa parte desse material não chega a ser melhor divulgado e que esses centros, até bem recentemente, não mantinham maiores contatos entre si. Isto começou a ser realizado através de um processo de articulação regional promovido no âmbito da Anpocs, ainda incipiente mas com resultados já positivos e perspectivas ainda mais promissoras.

Vale ressaltar, também, que os estudos comentados não foram explorados em todos os seus detalhes e proposições, e sim no que foi considerado como suas contribuições mais centrais para o avanço do conhecimento sobre os problemas em questão.

3. Coelho e Valladares (1982).

4. A problemática da pequena produção tem sido retomada com alguma frequência, devendo-se consultar, a esse respeito, os estudos do Seminário Interamericano sobre a Pequena Produção Urbana, recém-publicados pela Sudene-OEA-IAF e Centro Josué de Castro. Como essa publicação veio ao público quando essa resenha estava praticamente terminada, foi possível apenas assinalar o seu lançamento e importância, sem comentar os diversos trabalhos que a compõem.

5. Por considerar esses padrões de subsistência de uma maneira mais global, não foram incluídos, nesta oportunidade, comentários sobre publicações que avaliam alguns dos seus aspectos particulares, como os de Rosa Borges (1975) e de Cavalcanti (1984), que tratam das dificuldades de alimentação. E nem listados os estudos voltados para a problemática de acesso ao solo e da habitação, inclusive porque eles serão objeto de uma segunda resenha dedicada especialmente a tais questões. Devido ao recorte explicitado, também não foram avaliados alguns estudos que começam a configurar uma linha de preocupações voltada para as condições de inserção e de reprodução do trabalhador *no espaço do trabalho*, aos quais serão feitas referências no final desta resenha.

6. Conforme estimativas realizadas por Souza, Guimarães Netto e Araujo (1983), ou por Guimarães Netto e Araujo (1985), cerca de um terço da força de trabalho urbana do Nordeste estaria subempregada ou exercendo atividades de baixa remuneração e produtividade, no "setor informal". Para chegar a essa proporção eles consideram o número de trabalhadores autônomos, dos que auferem um nível de renda até meio salário mínimo, daqueles que não estão vinculados ao sistema de previdência social e dos que trabalham em estabelecimentos que empregam até cinco pessoas.

7. Esta resenha pouco se reportou aos procedimentos metodológicos dos estudos comentados. Apesar disso, vale assinalar que uma experiência inovadora e interessante no tratamento dos problemas ocupacionais acaba de ser desenvolvida em uma ampla investigação realizada pelo Centro de Recursos Humanos da UFBA, com o apoio da Finep. Essa investigação analisou as tendências e padrões de reprodução da população e da força de trabalho na Bahia, nas últimas décadas, procurando não apenas tratar de modo integrado os seus aspectos demográficos, ocupacionais e educacionais, como, também, avaliar e reagrupar dados censitários, de modo a compor categorias de maior consistência teórica. Entre os produtos dela resultantes estão os trabalhos de Guimarães (1985), Castro e Guimarães (1985) e Castro, Franco e Guimarães (1985), textos metodológicos sobre a utilização de dados censitários para a análise das questões assinaladas, e outros que discutem aspectos demográficos ou educacionais do processo de produção e de reprodução da força de trabalho.

Bibliografia

Azais, M. Christian

1974. *L'Industrie Textile dans le Nord-Est Bresilien: une Analyse a la Lumière des Theories sur le Secteur Informel*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Paris I, 325pp.

Bandeira de Souza, Emanuel

1985. *Nos Porões dos Arrecifes: o Trabalhador Autônomo no Comércio de Confeccões da Cidade de Recife*. Tese de Mestrado em Sociologia apresentada ao PIMES.

Barbosa, Cira de Melo J.

1982. *Dinâmica do Setor Informal e as Condições de Reprodução da Força de Trabalho: Estudo de Caso em Fortaleza*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.

1983. "Capitalismo e Força de Trabalho: os Níveis da sua Articulação no Nordeste". In: *Capitalismo e Força de Trabalho*, Tese de Mestrado em Ciências Sociais apresentada à Universidade Federal da Bahia.

1984. *Família e Socialização da Reprodução da Classe Trabalhadora no Contexto Urbano*. Trabalho apresentado no 8.º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Águas de São Pedro.

- Barbosa, Cira de Melo J. & Carvalho, Rejane V. Accioly
 1984. *Segmentação da Força de Trabalho Urbana, Organização e Consciência Social: Estudo de Caso em Fortaleza*. Recife.
- Barbosa Alvim, Maria Rosilene
 1979. "Notas sobre a Família num Grupo de Operários Têxteis". In: Leite Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Borges, Vera Maria da R.
 1975. *Um Estudo sobre o Consumo e Adequação Alimentar em População de Baixa Renda: Grande Recife*. Recife, UFPE/Curso de Mestrado em Economia.
- Brandão, Maria D. Azevedo
 s/d. "A Regionalização da Grande Indústria no Brasil: Recife e Salvador na Década de 70". *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 4, out./dez.
- Buarque, Sérgio C. (coord.)
 1985. *Setor Informal e Crise Econômica: Contribuição a uma Política de Emprego*. Recife, Faculdade de Ciências da Administração/ILDES.
 1985. *Teoria do Emprego e Proposições para uma Política de Emprego para o Nordeste*. Recife, Faculdade de Administração de Pernambuco/ILDES.
- Camarano, Ana Amélia
 1985. *Migração, Estrutura Produtiva e Perspectivas de Crescimento da População e seu Segmento Economicamente Ativo: O Caso das Regiões Metropolitanas Nordestinas*. Colóquio Internacional sobre Estrutura de Emprego e Dinâmica Espacial da Força de Trabalho, São Paulo, Fundação SEADE.
 1985b. "Caminhos para o Ano 2000: População e Força de Trabalho". *Caderno de Estudos Sociais*, v. 1, n. 1, jan./fev.
- Carvalho, Inaiá M. Moreira de
 1976. *Problemas de Emprego em Áreas Urbanas da Bahia*. Salvador, Universidade Federal da Bahia/CRH.
 1984. "Pauperização e Condições de Subsistência de Trabalhadores Urbanos". In: Inaiá M. M. Carvalho e Haguette, Tereza M. Frota (orgs.), *Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro*. São Paulo/Brasília, Hucitec/CNPq.
- Carvalho, Inaiá M. Moreira de & Souza, Guaraci A. A. de
 1978. "Condições de Emprego no Estado da Bahia: Possibilidades e Limites de uma Ação do Governo Estadual Orientada para o Chamado Setor Informal do Mercado de Trabalho". In: *Estudos sobre Emprego e Renda na Bahia*. Salvador, SETRABES.
- Carvalho, Inaiá M. Moreira de & Brandão, Maria D. A.
 1980. "Ocupação e Emprego em Salvador: Efeitos Recentes da Industrialização". In: Luiz N. de Brito & Licia Q. Flavo (orgs.), *População, Educação, Emprego*. Salvador, Universidade Federal da Bahia/CRH.
- Carvalho, Inaiá M. Moreira de & Souza, Guaraci A. A. de
 1980. "A Produção Não Capitalista no Desenvolvimento do Capitalismo em Salvador". In: Guaraci A. A. de Souza & Vilmar E. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes.
- Carvalho, Inaiá M. Moreira de & Castro, Nadya A.
 1984. "Sobre a Pobreza do Nordeste (Aliás, da Grande Maioria dos Nordestinos)". In: Inaiá M. M. Carvalho & Tereza M. F. Haguette (orgs.), *Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro*. São Paulo/Brasília, Hucitec/CNPq.
- Carvalho, Rejane V. Accioly
 1985. *Pequeno Comércio nas Favelas: o Circuito do Pobre Trabalhando para Pobre*. Fortaleza, Departamento de Ciências Sociais da UFCe.

- Casemiro, Liana M. Carleilal de
 1981. "Mercado Informal de Trabalho: uma Investigação Preliminar". *Revista Econômica do Nordeste*, v. 12, n. 2, abril/jun.
 1985. *Acumulação Capitalista, Emprego e Crise: um Estudo de Caso*. Tese de Doutorado apresentada à USP.
 1985b. *Divisão Social do Trabalho, Crise Econômica, Pauperização: um Estudo de Caso*. Fortaleza, Curso de Mestrado em Economia, Texto 61.
- Castro, Nadya A.
 1983. *Ejército de Reserva: Su Especificidad y Comportamiento Politico en el Desarrollo del Capitalismo en Brasil*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Autónoma de Mexico.
- Castro, Nadya; Franco, Tania A. & Guimarães, Iracema B.
 1985. *Mudanças na Divisão Social do Trabalho e Estrutura de Emprego no Estado da Bahia, 1950-1980*. Salvador, UFBA/CRH, mimeo.
- Castro, Nadya & Guimarães, Iracema B.
 1986. *O que é que a Baiana Faz? Os Novos Padrões de Divisão Sexual do Trabalho nas Atividades Urbanas*. Salvador, UFBA/CRH, mimeo.
- CNRH/IPEA/Unicef/Sudene
 1985. *Desigualdades Sociais no Nordeste*. Brasília.
- Cavalcanti, Clóvis
 1978. *Viabilidade do Setor Informal e Demanda de Pequenos Serviços na Grande Recife*. Recife, Minter/Sudene, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
 1984. *Pobreza, Carestia, Sub-Alimentação*. Recife, Massangana.
- Cavalcanti, Clóvis & Duarte, Renato
 1980. *A Procura de Espaço na Economia Urbana: o Setor Informal de Fortaleza*. Recife, Sudene/Fundação Joaquim Nabuco.
 1980b. *O Setor Informal de Salvador: Dimensão, Natureza e Significado*. Recife, Sudene/Fundação Joaquim Nabuco.
- Coelho, Lielson A. de Almeida
 1980. *Os Programas UNO: um Instrumento Eficiente de Apoio às Micro-Empresas: Algumas Evidências*. Tese de Mestrado em Economia apresentada à UFBA.
- Coelho, Magda & Valladares, Licia do P.
 1982. "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: uma Análise Bibliográfica". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 14.
- Duarte, Renato
 1980. *Migration an Urban Poverty in NorthEast Brazil*. Recife, UFPe, mimeo.
 1983. "Migração e Pobreza Urbana no Nordeste". *Boletim sobre População, Emprego e Renda no Nordeste*, v. 2, n. 2, maio/ago.
 1984. "Criação de Emprego e Renda na Economia Informal Urbana do Nordeste: o Caso de Salvador e Fortaleza". In: Inaiá M. M. de Carvalho & Tereza M. F. Haguette (orgs.), *Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro*. São Paulo/Brasília, Hucitec/CNPq.
 1984b. *Emprego e Renda na Economia Informal da América Latina*. Recife, Massangana.
- Espinheira, Carlos G. D'Andrea
 1978. "Estudos sobre os Problemas Sócio-Econômicos da População de Baixa Renda da Região Metropolitana de Salvador". In: SETABRES, *Estudos sobre Emprego e Renda na Bahia*. Salvador.
- Estado do Ceará. Centro de Treinamento e Desenvolvimento Regional de Fortaleza
 1977. *Emprego e Renda Familiar na Região Metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza.

- Faria, Vilmar E.
1980. "Divisão Inter-Regional do Trabalho e Pobreza Urbana: o Caso de Salvador". In: Guaraci A. A. de Souza & Vilmar E. Faria (órgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes.
- Ferreira, Assuero
1982. "Elementos Estruturais do Subemprego no Nordeste Brasileiro". *Revista Econômica do Nordeste*, v. 13, n. 4, out./dez.
1983. "A Dinâmica da Expansão Industrial Recente no Nordeste". *Revista Econômica do Nordeste*, v. 14, n. 2, abr./jun.
1983b. *Pobreza Urbana e Distribuição de Renda na Região Metropolitana de Fortaleza*. Curso de Mestrado em Economia, UFCE.
1985. *As Pequenas e Médias Empresas na Expansão Industrial Brasileira com Ênfase para o Estado do Ceará*. Fortaleza, Instituto Euvaldo Lodi.
1985b. "Mudanças Estruturais do Perfil Industrial no Nordeste". *Revista Econômica do Nordeste*, v. 16, n. 3, jul./set.
- Franco, Tania
1983. *O Processo de Trabalho na Indústria Têxtil: um Estudo de Caso*. Tese de Mestrado em Ciências Sociais apresentada à UFBA.
- Fundação Centro de Pesquisas e Estudos da Bahia
1980. *Atividades Tradicionais: O Segmento Microempresarial (Um Estudo de Caso em Salvador)*. Salvador.
- Giuliani, Paola C.
1985. *Reflexões sobre o Projeto de Reprodução entre Assalariados: um Estudo Regional – o Estado da Paraíba*. Campina Grande, Curso de Mestrado em Sociologia, mimeo.
- Guimarães, Antonio S. A.
1986. *Regime Fabril e Formação de Classe na Indústria Petroquímica da Bahia*. Trabalho apresentado no 10.º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Campos do Jordão.
- Guimarães, Antonio S. A. & Castro, Nadya A.
1986. *Movimento Sindical e Formação de Classe: Alguns Elementos para uma Discussão Teórico-Metodológica*. Trabalho apresentado no 10.º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Campos de Jordão.
- Guimarães, Iracema B.
1986. "Bahia: Relações de Trabalho e Novas Condições de Inserção dos Indivíduos nas Atividades Urbanas". *Anais ABEP*.
- Guimarães Netto, Leonardo
1974. *Utilização da Força de Trabalho na Região Metropolitana de Recife*. Recife, CONDEPE.
1976. *O Emprego Urbano no Nordeste: Situação Atual e Evolução Recente, 1950-1970*. Recife, BNB/ETENE.
1977. *A Heterogeneidade do Mercado de Trabalho: O Caso do Nordeste*. Recife, BNB/ETENE.
1977b. *A Urbanização e a Problemática do Emprego no Nordeste*. Fortaleza, BNB/ETENE.
1984. "Notas sobre Emprego e Indústria no Nordeste". *Revista Econômica do Nordeste*, jul./set.
1985. *A Gestão do Trabalho Urbano no Nordeste*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco.
- Guimarães Netto, Leonardo & Araújo, Tania Bacelar de
1985. *Viabilidade de Política de Emprego para o Nordeste*. Recife, Faculdade de Ciências de Administração de Pernambuco/ILDES.

- Guimarães Netto, Leonardo & Souza, Aldemir do Vale
 1984. "A Dinâmica do Mercado de Trabalho Urbano no Nordeste". In: Inaiá M. M. de Carvalho & Tereza M. F. Haguette (orgs.), *Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro*. São Paulo/Brasília, Hucitec/CNPq.
- Haguette, André
 1980. *Consciência de Classe do Trabalhador Urbano: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Fortaleza, UFCE, Curso de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, mimeo.
- Haguette, Tereza M. Frota
 1982. *O Mito das Estratégias de Sobrevivência*. Fortaleza, Edições UFCE.
 1984. "Condições de Vida e Cidadania no Nordeste". In: Inaiá M. M. Carvalho & Tereza M. F. Haguette (orgs.), *Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro*. São Paulo/Brasília, Hucitec/CNPq.
- Hirata, Helena
 1984. *Les Effects Sociaux des Grands Projets Industriels: le Pole Petrochimique de Camaçari (Bahia)*. Paris, Ministère de la Recherche.
- Ivo, Anete B. Leal
 1975. *Pesca, Tradição e Dependência*. Tese de Mestrado em Ciências Sociais apresentada à UFBA.
- Jatobá, Jorge (org.)
 1983. *Emprego no Nordeste, 1950-1980: Modernização e Heterogeneidade*. Recife, Sudene/Massangana.
 1983. "Situação Presente da Utilização da Força de Trabalho na Região e a Situação Social do Trabalhador Nordestino". In: Jorge Jatobá (org.), *Emprego no Nordeste, 1950-1980: Modernização e Heterogeneidade*. Recife, Sudene/Massangana.
- Jatobá, Jorge et alii
 1985. *Política de Emprego para o Nordeste*. Recife, Massangana.
- Jelin, Elizabeth
 1974. "Formas de Organização da Atividade Econômica e Estrutura Ocupacional: o Caso de Salvador". *Estudos Cebrap*, n. 9.
 1980. "A Baiana na Força de Trabalho: Atividade Doméstica, Produção Simples e Trabalho Assalariado em Salvador". In: Guaraci A. A. de Souza & Vilmar E. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes.
- Kelly, Maria de Socorro Barros
 1978. *Força de Trabalho e Emprego no Nordeste, 1968-1972*. Recife, Sudene/DRH.
- Koike, Maria Marieta dos Santos
 1985. *Ganchos, Bicos e outras Virações: a Reprodução dos Trabalhadores Desempregados (O Caso da Região Metropolitana de Recife)*. Tese de Mestrado em Sociologia apresentada à UFPE.
- Lima, Nadia R. L. de Barros
 1985. *Um Trabalho sem Valor . . . Trabalho e Ideologia no Serviço Doméstico Remunerado*. Tese Mestrado em Sociologia apresentada à UFPE.
- Lopes, José Sérgio Leite et alii
 1979. *Mudança Social no Nordeste: a Reprodução da Subordinação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Lopes, José Sérgio Leite & Machado da Silva, Luiz A.
 1979. "Introdução: Estratégias de Trabalho, Formas de Dominação na Produção e Subordinação Doméstica de Trabalhadores Urbanos". In: José Sérgio Leite Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Machado Neto, Zahidé
1980. "As Meninas: Sobre o Trabalho da Criança e o Adolescente na Família Proletária". *Ciência & Cultura*, v. 32, n. 6.
- Machado da Silva, Luiz Antonio (coord.)
1978. *Estratos Ocupacionais de Baixa Renda*. Recife, Sudene, vol. 2.
1979. "Notas sobre os Pequenos Estabelecimentos Comerciais". In: José Sérgio Leite Lopes *et alii*, *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Machado da Silva, Luiz Antonio/MDU
1981. *Nordeste: as Pequenas Cidades e o Planejamento Local*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil S/A. (Coordenação por Brasilmar Ferreira Nunes).
- Machado da Silva, Luiz Antonio *et alii*
1985. *Movimentos Sociais: para Além de Dicotomia Rural-Urbano*. João Pessoa, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro/Mestrado em Sociologia Rural da UFPb.
- Minter/Sudene
1985. "Mão-de-Obra, Emprego e Renda". In: *Aspectos do Quadro Social do Nordeste*. Recife.
- Motta, Roberto M. Cortez
1984. "Xangô e Estratégia de Sobrevivência". In: Inaiá M. M. Carvalho & Tereza M. F. Haguette (orgs.), *Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro*. São Paulo/Brasília, Hucitec/CNPq.
- Motta, Roberto M. Cortez & Scott, Perry (orgs.)
1983. *Sobrevivência e Fontes de Renda: Estratégias das Famílias de Baixa Renda no Recife*. Fundação Joaquim Nabuco, Massangana.
- Nascimento, Elimar
1985. "Movimentos Sociais Urbanos no Nordeste: Menos que um Balanço Crítico, Mais que uma Resenha". In: Luiz Antonio Machado da Silva *et alii*, *Movimentos Sociais: para Além da Dicotomia Rural-Urbano*. João Pessoa, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro/Mestrado em Sociologia Rural da UFPb.
1985b. *Subsídios à Formulação de uma Nova Política Urbana Regional. Estado e Movimentos Sociais Urbanos no Nordeste: Análise e Proposta*. Recife, Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro.
- Oliveira, Aécio Alves
1983. *Industrialização do Nordeste: uma Evidência Empírica de seus Efeitos*. Fortaleza, Curso de Mestrado em Economia da UFCE.
- Oliveira, Aécio Alves & Casemiro, Liana M. Carleial de
s/d. "Consideração sobre Acumulação, Emprego e Crise na Região Metropolitana de Fortaleza". *Revista Econômica do Nordeste*, v. 16, n. 1.
- Oliveira, Francisco de
1983. *Classe e Identidade de Classe em Salvador: À Procura do Elo Perdido*. Paris, mimeo.
- Pellerin, Georges
1972. *Oferta e Demanda de Mão-de-Obra no Nordeste*. Recife, Sudene.
1976. *O Emprego Industrial no Nordeste*. Tese de Mestrado em Economia apresentada à UFPE.
- Pessoa, Helena (coord.)
1978. *Estratos Ocupacionais de Baixa Renda*. Vol. 1, Recife, Sudene.
- Prandi, José Reginaldo
1978. *O Trabalhador por Conta Própria sob o Capital*. São Paulo, Símbolo.
1980. "Trabalhadores por Conta Própria em Salvador". In: Guaraci A. A. de & Vilmar E. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes.

- Seminário Interamericano sobre a Pequena Produção Urbana
1985. *Anais* . . . Recife, Sudene/OEA/IAP/CIC, 2 vols.
- Silva, José Antonio R. da
1976. *Determinantes de Renda das Populações Pobres: os Empregados e os Autônomos (O Caso de Fortaleza)*. Tese de Mestrado em Economia apresentada à UFCE.
- Silva, José Hamilton G. et alii
1976. *Subutilização de Recursos Humanos em Áreas Urbano-Marginais Seleccionadas no Nordeste do Brasil*. UFCE, Curso de Mestrado em Economia.
- Singer, Paul et alii
1976. "Demanda por Alimentos na Área Metropolitana de Salvador". *Cadernos Cebrap*, n. 34.
1980. "A Economia Urbana de um Ponto de Vista Estrutural: o Caso de Salvador". In: Guaraci A. A. de Souza & Vilmar E. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes.
- Souza, Aldemir do Vale & Araújo, Tarcísio Patrício
1983. *Apoio a Micro-Empresas: Limites do Possível*. Recife, Sudene/Fundação Joaquim Nabuco.
- Souza, Aldemir do Vale; Guimarães Neto, Leonardo & Araújo, Tarcísio Patrício de
1983b. "Evolução do Emprego no Meio Urbano". In: Jorge Jatobá (org.), *Emprego no Nordeste, 1950-1980: Modernização e Heterogeneidade*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Massanga.
- Souza, Celina Maria de
1985. *Metropolização Brasileira: uma Análise dos Anos Setenta*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Souza, Guaraci A. Alves de
1978. *Migração e Subemprego em Salvador*. Tese de Mestrado apresentada à Fundação CPE, Salvador.
1980. "Urbanização e Fluxos Migratórios para Salvador". In: Hélio Moura, *Migração Interna. Textos Seleccionados*. Fortaleza, BNB.
- Souza, Guaracy A. Alves & Faria, Vilmar F. (orgs.)
1980b. *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis Vozes.
- Sudene
1984. *Proposições de Política Social para o Nordeste*. Recife, Superintendência Adjunta de Desenvolvimento Social e Infra-Estrutura.
- Teixeira, Amélia Rosa
1979. "Notas sobre a Carteira de Trabalho e a Cobertura Previdenciária". In: José Sérgio Leite Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- União de Assistência a Pequenas Organizações
1980. *Caracterização da Micro-Empresa e do Micro-Empresário da Região Metropolitana de Recife*. Recife.
- Vasconcelos, Pedro de Almeida
1985. *Le Travail Informel Urbain au Brésil: Analyse Historique et Variations Spatiales au Niveaux des Etats, de leurs Régions Métropolitaines et de la Région de Salvador*. Tese de Doutorado apresentada à Université d'Ottawa.
- Vianna, Angela Ramalho
1980. "Estratégias de Sobrevivência em um Bairro Pobre de Salvador". In: Guaraci A. A. de Souza & Vilmar E. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes.